

ENSAIO TEÓRICO

# LETRAMENTO E AUTORIA: DISPERSÃO E DERIVA DOS SENTIDOS

Leda Verdiani TFOUNI  

Universidade de São Paulo (USP)

## RESUMO

Em minha proposta de letramento, a relação entre ser alfabetizado e ser letrado não é linear, o que acarreta um giro teórico e metodológico na questão, visto que deixamos de considerar indivíduos empíricos que fazem uso da escrita, e sim posições de sujeito dentro do *continuum* do letramento, o que implica considerar o lado da perda: as práticas orais. Defendo a proposta de um *continuum*, a graduação de um saber sobre a escrita, que seria independente de variáveis tais como alfabetização, escolaridade e escolarização. Sendo assim, não é a língua que é considerada como parâmetro, mas os *discursos* que servem de suporte às práticas letradas. Também a dicotomia língua oral/língua escrita não serve mais, devido à interpenetração. O que está em questão não é se o sujeito é alfabetizado, mas em que medida ele pode ocupar a posição de autor. Mobilizarei os conceitos de dispersão e deriva para descrever o processo de autoria. O sujeito ocupa a posição de autor quando retroage sobre o processo de produção de sentidos, procurando amarrar a dispersão que está sempre se instalando, devido à equivocidade da língua, e produz aquilo que Lacan denominou de *point de capiton*, lugares do processo de enunciação onde há indícios de que o sujeito efetuou um movimento de retorno ao enunciado, e pode, assim, olhá-lo de outro lugar. Se consegue cercar a dispersão, o autor, no entanto, não irá nunca evitar a deriva de sentidos, produto da equivocidade da língua. Ao longo da exposição, apresentarei análises de *corpora*.



OPEN ACCESS

## EDITORES

- Miguel Oliveira, Jr. (UFAL)
- René Almeida (UFS)

## AVALIADORES

- Iveuta Lopes (UFPI)
- Raimunda Belini (IFPI)

## DATAS

- Recebido: 15/08/2020
- Aceito: 17/09/2020
- Publicado: 24/02/2021

## COMO CITAR

TFOUNI, Leda Verdiani (2021).  
Letramento e autoria: dispersão e  
deriva dos sentidos. *Cadernos de  
Linguística*, v. 2, n. 1, p. 01-20.

#### ABSTRACT

The relationship between being literate and being able to read and write is not linear, which leads to a theoretical and methodological turning in the question, since we fail to consider empirical individuals who make use of written language, but rather subject positions within the continuum of literacy, which implies considering the loss side. I am referring to oral practices, which coexist with the language economy. I defend the proposal of a continuum, the graduation of a knowledge about writing, which would be independent of variables such as literacy and schooling. Therefore, it is not the language that is considered as a parameter, but the discourses that serve as support to literate practices. What is at stake is not whether the subject is literate, but to what extent he can occupy the position of author. I will mobilize the concepts of dispersion and drift to describe the authorship process. The subject occupies the position of author when he retroacts to the process of production of meanings, seeking to tie the dispersion that is always taking place, due to the equivocity of the language, and produces what Lacan called *point de capiton* (places in the process of enunciation which indicate that the subject made a movement of returning to the utterance, and can, thus, look at it from another view). If he manages to surround the dispersion, the author, however, will never avoid the drift of senses, a product of the equivocity of the language. Throughout the exposition, I will present corpora analysis.

#### PALAVRAS-CHAVE

Letramento; Autoria; Dispersão; Deriva.

#### KEYWORDS

Literacy; Authorship; Dispersion; Drift.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Venho pesquisando questões relativas ao letramento há quase três décadas e sou uma das introdutoras do conceito no Brasil. Faço um percurso no sentido de separar alfabetização de letramento, ao mesmo tempo em que caracterizo este último como um processo sócio-histórico, que, para ser investigado, precisa ser remetido às transformações que ocorrem em uma sociedade quando suas atividades passam a ser permeadas por um sistema de escrita cujo uso é generalizado. Como decorrência disso, podemos afirmar que em uma sociedade letrada as práticas sociais encontram-se inevitavelmente baseadas no letramento, sendo que a escrita passa a funcionar como mediadora entre estas e o sujeito.

Pode-se falar, então, em práticas sociais letradas, que estão mergulhadas em atividades discursivas denominadas por Kleiman (1995) de eventos de letramento. As práticas sociais letradas influenciam todos os indivíduos de uma sociedade, é claro que de maneira desigual (TFOUNI, 1993). Sendo assim, existe um conhecimento sobre a escrita que as pessoas dominam mesmo sem saber ler e escrever, que é adquirido desde que estas estejam inseridas em uma sociedade letrada. Segue-se que não há iletrados nas sociedades modernas, porque a exposição às práticas sociais embasadas, direta ou indiretamente, no uso da escrita é inevitável.

Sendo o letramento, segundo esta concepção, um processo, no qual está encaixado outro (a alfabetização), é preciso considerar uma heterogeneidade, visto que as condições de produção onde os discursos escritos são produzidos e lidos passam a ocupar lugar proeminente, assim como os efeitos de sentido que produzem. Proponho que existem letramentos de natureza variada, inclusive sem a presença da alfabetização. Para dar conta disso, postulei, após discussões a respeito com Carlo Ginzburg, durante visita científica feita em Bologna, um *continuum* que, pela própria natureza, opõe-se a uma visão linear e dicotômica, visto que propõe que as diferenças entre os níveis de letramento são da ordem do discurso, e não da língua, o que equivale a considerar:

- Em primeiro lugar, que, em uma sociedade de classes, não é possível que exista uma partilha dos conhecimentos, mas uma distribuição desigual. Assim, pode-se visualizar esse processo - dentro de uma cadeia social de distribuição - onde muitos grupos sociais, mesmo vivendo em uma sociedade letrada e possuindo um certo grau de

<sup>1</sup> Notifico o provável (e desejado) leitor que este artigo não é original no seu todo. O que construí aqui foi uma espécie de bricolagem de vários escritos anteriores meus, onde lido com a questão proposta no título. No processo de construção do texto, efetuei uma reelaboração concertada, orquestrada num novo arranjo, processo no qual "... aprendi novas palavras e tornei outras mais belas" (DRUMMOND DE ANDRADE, 1948).

letramento, são, no entanto, excluídos desse processo de produção e de acesso ao conhecimento, e acabam colocados nos elos terminais dessa cadeia, o *continuum*.

- Em segundo lugar, que a relação entre “ser alfabetizado” e “ser letrado” não é de maneira alguma linear. Ilustro isso, por exemplo, em Tfouni (1999), onde são apresentados textos bem escritos, produzidos por adultos com pouco tempo de alfabetização, ao lado de textos sem qualquer coesão e coerência, produzidos por pessoas com diploma universitário.

Tais considerações vêm acarretar um giro teórico e metodológico na questão do letramento, visto que não estamos mais considerando indivíduos empíricos que fazem uso da língua escrita, mas *posições de sujeito* dentro do *continuum*, posições estas que não são intercambiáveis nem equivalentes, devido ao processo de legitimação das práticas letradas. Esse processo se relaciona com a existência de posições de sujeito que vão possibilitar/impedir que os textos produzidos em determinado momento sócio-histórico circulem, e também quem pode (no sentido de “está autorizado a”) ocupar esses lugares. Isto quer dizer, por exemplo, que saber escrever um ofício ou um sermão ou uma outra peça discursiva qualquer não garante que o sujeito que as produz esteja efetivamente inserido nas práticas letradas que asseguram a circulação desses discursos; isso porque é o lugar social que o sujeito ocupa que vai dar credibilidade e valor social à sua escrita, e não o texto em si.

Uma das consequências da incorporação do *continuum* à teoria do letramento é que podemos passar a considerar que há letramento(s), sem alfabetização, de natureza variada. É importante pontuar esta questão visto que, nos estudos disponíveis sobre letramento, ainda se verifica que em muitos casos são apenas produções escritas que são examinadas, o que significa uma retomada disfarçada da postulação dicotômica da teoria da grande divisa.

Trazer a questão da legitimação das práticas letradas para a discussão implica considerar também o lado da perda, no sentido de que incorporaremos à pesquisa aquilo que Certeau menciona como “uma outra coisa”, que é calada, - recalada, melhor dizendo - mas que no entanto retorna, “...escapando à dominação de uma economia sócio-cultural, à organização de uma razão, à escolarização obrigatória, ao poder de uma elite e, enfim, ao controle da consciência esclarecida.” (CERTEAU, 1999, p.252). Refiro-me às chamadas “práticas orais”, que coexistem com a “economia escriturística”, que o autor comenta da seguinte maneira:

[essa voz que é calada] ...volta a aparecer fora dessa escritura transformada em meio e em efeito da produção. Ela renasce ao lado, vindo de um além das fronteiras atingidas pela expansão da empresa escriturística. Uma outra coisa ainda fala, e ela se apresenta aos senhores sob as figuras diversas do não-trabalho - o selvagem, o louco, a criança, até mesmo a mulher -

depois, recapitulando muitas vezes as precedentes, sob a forma de uma voz ou dos gritos do Povo excluído da escrita (CERTEAU, 1999, p.252).

É nesses grupos que ficam nos elos terminais do *continuum* (aos quais acrescento os analfabetos e os que têm domínio precário da escrita) que tenho dedicado minhas investigações, desde a pesquisa inaugural que deu origem à tese de doutorado (TFOUNI, 1986), *Adultos não-alfabetizados: O avesso do avesso* e a um livro esgotado publicado pela Pontes (TFOUNI, 1988). Desde então, tanto em trabalhos próprios ou em coautoria (destaco a parceria longa com Anderson de Carvalho Pereira), ou ainda em dissertações e teses que orientei e oriento, tendo por esteios teóricos a análise do discurso pêncheutiana e a psicanálise de Freud e Lacan, é para esses excluídos que minha curiosidade científica se dirige.

Em que consiste essa graduação de um saber sobre a escrita, que eu chamo de *continuum*, que seria independente de variáveis tais como alfabetização, grau de escolaridade e tempo de escolarização? Procuo mostrar que a autoria pode ser um critério adequado para investigar essa questão.

## 1. AUTORIA E LETRAMENTO

Alguns autores defendem que não há autoria no discurso oral. Conseqüentemente, não se encontrariam autores analfabetos ou com grau baixo de letramento. Porém, de acordo com o conceito de letramento que proponho, não é mais a língua que é considerada como parâmetro, mas os *discursos* que servem de suporte às práticas letradas e a dicotomia língua oral/língua escrita já não se sustenta, e passamos a considerar que tanto pode haver características de língua oral na escrita, quanto vice-versa, ou seja, o que está em questão não é se o sujeito é alfabetizado ou não, mas antes em que medida esse sujeito pode ocupar a posição de autor.

Como se vê, a questão não é simples, mas aparentemente já há aqui um caminho para abordá-la, investigando a autoria em textos orais e escritos, a fim de mostrar que não é pelo fato de serem orais ou escritos que se estabelecerá o grau de letramento do sujeito que os produziu. Trata-se, em síntese, de mostrar que o conceito de autoria pode ser usado para fundamentar o processo de letramento e sua relação com o *continuum*.

Confirmando minha filiação à AD, considero o autor como uma posição discursiva, diferente da de escritor e de narrador (MAINGUENAU, 1993). O autor é uma posição do sujeito, a partir da qual ele consegue estruturar seu discurso (oral ou escrito), de acordo com um princípio organizador contraditório, porém necessário, visto que existe, no processo de produção de um texto, um movimento de deriva e dispersão de sentidos

inevitável, que o sujeito precisa “controlar” (TFOUNI, 1997a) a fim de atribuir ao seu discurso uma unidade aparente, com começo, meio e fim.

A autoria está relacionada com um processo descrito por Authier (1982) como “de ajuste perfeito entre as palavras e o real, que sempre escapa”. Nesse processo, inclui-se necessariamente um descarte de outras formas possíveis de dizer, o que vem marcar o discurso de autoria ao mesmo tempo pelo desejo da completude e pela falta, pela perda. O texto produzido (final), no entanto, não admite lapsos. É preciso, portanto, controlar as formações do inconsciente, as chamadas parapraxias (LACAN, 1957-1958). Assim, lapsos e atos falhos, que quebram a estrutura linear do discurso (o intradiscurso), não podem ocorrer, para não comprometer a “unidade” ilusória do texto. Ocorrem, no entanto, quando se trata de estratégia de estilo do autor, para caracterizar, por exemplo, um personagem psiquicamente perturbado. A ilustração que me ocorre para este último caso é a famosa fórmula proferida pelo personagem Bartleby no livro *Bartleby, o escrivão*, de Hermann Melville (2017). Em diversas ocasiões, Bartleby responde às ordens, pedidos e indagações de seu patrão com a fórmula: *I would prefer not to* (Preferiria não), que exprime uma recusa radical, visto que não há um complemento que se siga ao *to*, que poderia ser um verbo qualquer no infinitivo. Uma total imobilidade corporal acompanha esse enunciado. Melville, como autor, faz uso da deriva para ilustrar a desorganização mental do personagem. Bartleby é invadido pelo caráter contingente do Real, e, não conseguindo controlá-lo com a linguagem, perde-se de si mesmo até a morte.

O trabalho de autoria situa-se naquilo que Pêcheux descreveu como:

...uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações de sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar infinito das interpretações (PÊCHEUX, 1997, p. 51).

A deriva é a irrupção do real, no sentido de que o real está na falta, e, pelo processo de deriva, outras possibilidades de significação irrompem, quebrando a unidade e instalando o não-Um.

A esse respeito, Safouan (1993, p. 29) afirma que “... os significantes de um texto guardam uma carga significativa que ultrapassa as significações atualizadas pelo autor no momento”. Para ele, o que está em jogo aí é a verdade, essa verdade que não se trata de um sentido já-lá, nem o produto da intenção de dizê-la, mas a verdade que passa apesar do sujeito, e que “...interpela esse sujeito sobre um outro plano que o (do) enunciado no qual se articula esse saber: interpela-o sobre o plano da enunciação” (SAFOUAN, 1993, p.33).

Authier (1982) propõe que o autor encontra-se diante de um “turbilhão” de palavras, e começa a pensar nelas e a vê-las como um obstáculo entre ele e as coisas. O autor é aquele que trai em seu texto essa luta com as palavras. Tarefa impossível com a qual ele tem que lidar, porque no processo de revestir esse imaginário de simbólico, ele se depara com os

dois reais da língua (AUTHIER, 1982): a sistematicidade e a equivocidade. A enunciação é o lugar onde essas duas ordens diferentes, heterogêneas agem. A “nomeação transparente” se suspende, e a escritura se interpõe, produzindo o distanciamento, como prática marcada pela melancolia, pelo sentimento de perda, de morte, como faz Duras (2007, p.33) abaixo:

Já morreram, a mãe e os dois irmãos. É tarde demais também para lembranças. Hoje já não os amo mais. Nem mesmo sei se os amei. Eu os abandonei. Não tenho mais na mente o cheiro de sua pele nem nos olhos a cor de seus olhos. Não me lembro da voz, a não ser às vezes da voz doce com a fadiga da noite. O riso, não o ouço mais; nem o riso, nem os gritos. Tudo acabado, não me lembro mais. Por isso escrevo sobre ela hoje com tanta facilidade; Escrevo longamente, detalhadamente. Ela se transformou em escrita.

A escrita de/para Duras aponta para a quase completa solidão do sujeito. A escrita surge como salvação diante do impossível do Real.

O processo descrito gera momentos de uma dinâmica especial na enunciação, e isto é mostrado, na fala, pela ocorrência de hesitações, falsos começos, que, atuando sobre a sequência sintagmática, indiciam a força paradigmática, ou ainda o embate entre a ilusão de livre escolha, que é a essência do trabalho de autoria, por um lado, e a irrupção do real, “fazendo furo” no simbólico, e quebrando a transparência imaginária da língua. Nesses momentos, em que se dá conta de que as palavras não recobrem totalmente o mundo, o sujeito perde seu apoio e se refugia no grande Outro, a fim de buscar tamponar esse real.

O que se delinea acima é um embate entre consciente e inconsciente, ou, como afirma Fabio Tfouni (2003, p. 29), “... um compromisso dialético entre o sujeito do consciente e o do inconsciente, o que traria uma consideração interessante sobre a noção de que o indivíduo não é senhor em sua própria casa”. Fabio Tfouni acrescenta que Pêcheux (1983) considera o sujeito como assujeitado, mas coloca esse sujeito como um estrategista. É este jogo de aprisionamento e liberdade que caracteriza o processo descrito acima, de irrupção do real no processo simbólico: processo esse que cria, para o autor, uma necessidade de driblar, enganar *lalangue* e refugiar-se na aparente opacidade da língua. Esse estrategista, de que, em grande medida, é feito o autor, procura, então, formas de contornar a dispersão e a deriva que estão constantemente resvalando pelos interstícios e tentando instalar-se.

Estas colocações levam a um questionamento: De onde surge o novo, aquilo que constitui um gesto de autoria? Para Fábio Tfouni (2003), o novo é o acontecimento – no sentido de Pêcheux (1997) – um nódulo do real que surge na realidade e clama por sentido, por interpretação. No entanto, faço notar que esse sentido não é qualquer um, pois, sendo presidido pela ideologia, ele tem a função de reequilibrar a ordem imaginária da sociedade, restabelecendo o mundo à sua estabilidade lógica, ou seja, os mecanismos de reparos de que o autor se serve para “consertar” os desarranjos gerados pela irrupção desses nódulos do real não são neutros; estão, antes, a serviço de formações ideológicas que podem ser dominantes ou dominadas. Ou, dizendo de outro modo, o processo de identificação ao

grande Outro indicia um desejo recalcado de pertencer a uma ou outra das duas classes sociais em conflito. Ao fazer-se, na enunciação, a autoria denuncia sua filiação.

Esses são momentos de não-saber do sujeito, quando lhe falta a palavra e o inconsciente emerge. Segundo Phillips (2003, p. 5), “é quando somos derrubados por nossos pensamentos; é quando, por mais transitariamente que seja, perdemos o pé, que começamos a ter novidades” isto porque, quando falta a palavra na cadeia metonímica, o sujeito não pode emergir ou fica à deriva, sem o próximo significante. Nesses momentos, quando um significante não se prende bem ao outro (não há coesão, ali onde o imaginário falha) o sujeito perde o ponto de ancoragem, visto que o sujeito é aquele que emerge entre significantes. Assim, não saber como continuar a dizer equivale a um lapso, e é aí que o sujeito pode emergir. Deste modo, pode-se supor que a ausência da autoria, ou seja, a impossibilidade de existir textualização, deve-se a um processo que é, primeiramente de deriva, e, depois, de dispersão.

Quando a autoria não se instala, vigora a dispersão, e isto ocorre quer a produção seja na língua oral, quer seja na escrita, como podemos notar nos dois recortes apresentados a seguir. O primeiro é parte de uma narrativa produzida oralmente por uma adolescente de rua:

RECORTE 1

**CHELI E O PRÍNCIPE DO MAR**

Era uma vez, né, uma menina, que ela, ela sonhava i em uma praia. Chegô um dia que ela foi.(...) Daí ela pegou e ficou sozinha na praia. Daí, do mar, ela tava nadando, brincando com os peixe...De trás do mar veio um home assim ...do mar... e falô assim:

\_ Cê tá sozinha aqui?

Ela pegou e falou assim:

\_ Estou. É, minha mãe morreu, meu pai morreu; só tá eu no mundo...

Aí, ela pegou e falou assim... aí ela pegou e falou assim:

\_ Então, eu vô vivê aqui no mar, que é meu sonho tanto morá aqui.

**Daí, ela começou a conversá com ele... Daí, ele... Daí, ela pegô e falô assim, falô assim:**

\_Eu...

**Daí, né?, ela pegô e falô assim:**

\_ **Tem um grande, eu, eu tenho um grande segredo que a minha mãe, quando que, quando que ela morreu, não deu tempo dela falá pra mim.**

**Que é, é... que eu... que ela é, que a mãe dela era uma sereia. Aí, ela pegô e falô assim, pa filha dela:**

\_ **Minha filha, eu não sei se você é uma sereia. Mas um dia você pode i no mar. Cê, cê saberá...**

**Você encontrará alguém... que te contará...**

(Trecho de narrativa (coletada por Alessandra Fernandes Carreira para sua tese de mestrado (CARREIRA, 1997) produzida oralmente por Shirley, menina de rua de 13 anos).

No trecho destacado desse excerto de narrativa, ocorre um forte movimento de dispersão, desencadeado pelo uso das formas pronominais “eu” e “ela” sem ancoragem, ou seja, sem que haja um referente preciso na cadeia linguística. O pronome “eu”, que até aquele momento era usado para presentificar a personagem Cheli, começa, num movimento gradual, a ser substituído por “ela”, ao mesmo tempo em que passa a referir-se também à narradora. Essa imprecisão parece iniciar-se em “...daí, ela pegou e falou assim...” e atinge seu auge no seguinte trecho: “Que é, é... que eu... que ela é, que a mãe dela era uma sereia”.

Temos aí uma mudança de posição: a voz, discurso direto, que até esse momento do narrado era da personagem, fica confundida com a da narradora, sem, no entanto, desprender-se totalmente da personagem. Isto produz um efeito de “esburacamento” ou “fratura” – termos felizes empregados por Signorini (2001), que gera a dispersão e impede que se produza “texto”, ou seja, impede que o sujeito ocupe a posição de autor. Que mecanismos são estes, mais especificamente falando? No recorte, são os *shifters*, formas lexicais da dêixis e da anáfora que, quando empregadas adequadamente, “seguram” o ato de referência, indicando, por substituição, a palavra “certa” – a palavra que foi omitida. Os *shifters* possibilitam um retorno ao já formulado, ao intradiscorso, e realizam um movimento de contenção que produz um efeito de controle da dispersão, uma das características da autoria.

No trecho destacado, faz-se necessário ainda acrescentar que a dispersão não se instala ao acaso, nem por “incapacidade” ou “desconhecimento” das regras da língua. O que temos ali é o impedimento de um enlace, de uma “amarração” entre significantes, talvez porque os sentidos que começam a ser mobilizados pelo sujeito ao falar da mãe, sejam insuportáveis do ponto de vista psicanalítico, pois tocam no conteúdo inconsciente e doloroso do sujeito<sup>2</sup>. Não é casual a semelhança entre o verdadeiro nome da narradora e o da personagem. Esses sentidos que começam a ser mobilizados chegam a um ponto em que se tornam insuportáveis, daí, como o sujeito é aquele que emerge entre significantes, a falta da palavra (ou a palavra que falta) faz com que ele perca o ponto de ancoragem.

O segundo recorte, apresentado abaixo, foi escrito pretensamente para ser um ofício, por um estudante de medicina (Cabe aqui também uma reflexão sobre a relação direta que muitos estabelecem entre letramento e escolarização/escolaridade, que não se sustenta diante destes dados). Pode-se detectar a dispersão logo na segunda linha:

#### RECORTE 2

Magnífica Acessora,  
A presente correspondência tem o motivo de encaminhar o projeto do curso de Genética Médica, **porque considerando que todos os projetos passam nas suas mãos antes de chegar as mão do digníssimo senhor prof. C. L., o Secretário Municipal da Educação**, o qual aprovou através do seu parecer o projeto dos alunos da quinta etapa, onde eu sou aluno.  
O motivo que me obrigou a começar o projeto depois da turma em andamento é por quê estive em atrazo com esta disciplina, pois estive investigando o que dizia respeito a patologia III.  
Como estou certo que a educação municipal pública poderá se beneficiar do nosso projeto, venho buscar sua compreensão para ler e depois encaminhar ao Secretário o projeto que eu também faço parte pois entendo que o Centro de Educação Especial E. P. também precisa de nós, dignos representantes da área de Ciências Médicas.

2 Essa pré-adolescente não sabia quem era o pai. A mãe fora usuária de drogas e havia morrido de AIDS. Tivera filhos com parceiros diferentes. O abandono e a fome empurraram-na para a rua. Perdera o barraco onde vivia com os irmãos após ter colocado fogo não intencionalmente na tentativa de assar uma pomba para comer.

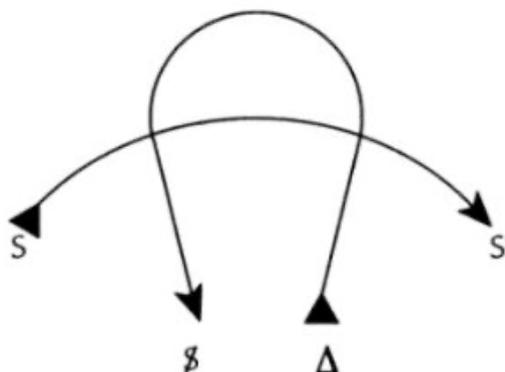
Observando as tentativas de textualização, sem nos determos na ortografia ou sintaxe, ou ainda nas seis repetições da palavra ‘projeto’ causa estranheza o uso do “porque”, uma vez que não há uma continuidade, no intradiscorso, em qualquer sequência que complete o sentido dessa explicativa. A introdução de uma oração intercalada, (“considerando que todos...”) à qual se seguiria a continuação do “porque”, aparentemente provocou uma desorganização na formação discursiva por onde o sujeito se movimentava para dizer (escrever), e o sujeito, sem o significante, que nesse momento lhe faltou, emerge como incompleto e disperso. Poderíamos talvez pensar em uma sequência que substituísse o “porque considerando” como: “tendo em vista que”, mas esse recurso falta ao sujeito e se manifesta na forma de lapso (dispersão), de falha de memória enunciativa, que impede a continuação da sequência, produzindo um efeito caricatural (SIGNORINI, 2001), acentuado pela sequência final: “... nós, dignos representantes da área de Ciências Médicas”. Sobre a grafia das palavras *acessora*, *por quê*, *atrazo*, e a sintaxe: *Onde sou aluno*, que ocorrem num suposto ofício escrito por um universitário, acredito que tais fatos devem ser tratados em outro local, onde se discuta a “imprecionante” miséria da educação brasileira (alusão ao memorável erro de ortografia do ministro da Educação na época). Esse não-simbolizado pode ser representado como um nódulo do real que se interpõe no processo e fura a tessitura do texto.

Diante desse não-sentido, faltando-lhe o solo debaixo dos pés, o sujeito tenta fazer o mundo voltar à sua estabilidade lógica, como estrategista que é. E ele faz isso dando um sentido a esse nódulo. Pêcheux (1997) denomina esse processo de “acontecimento”: algo novo, ainda não simbolizado, da ordem de uma necessidade alética, clamando por sentido.

Atribuir um sentido é trabalho do imaginário, da ideologia: fazer laço, estabelecer relações, ordenar, classificar, comparar, transformar este novo que perturba em algo sempre-já-lá. Domesticar a instabilidade de lalíngua (o real da língua, onde reside o equívoco) através da *langue* (o sistema), fixando, assim, por metáforas e metonímias, uma nova unidade transitória, que logo também se dissolverá sob o assédio incessante do real, do retorno do recalcado, daquilo que é impossível de se dizer enquanto tal. Instala-se aí a deriva. Como fica o trabalho do autor nesses momentos? Sabemos que toda escolha implica exclusões. “A memória é memória do desejo” afirma Freud (1910, p. 85) e, portanto, a estratégia que o sujeito usa para restituir à cadeia metonímica a sua sequência perdida não está ligada a um processo consciente nem aleatório.

Essa retomada de posição dá-se através de um movimento de retorno à sequência discursiva, com o propósito de (re)interpretá-la, por meio de um mecanismo de retroação que estabelece ponto-de-estofo, conforme descrito por Lacan (1998/1966) no grafo do desejo. Analiticamente, o sujeito ocupa a posição de autor quando retroage sobre o processo de produção de sentidos, procurando “amarrar” a dispersão que está sempre virtualmente se instalando, devido à equivocidade da língua. O autor, assim, produz aquilo

que Lacan (1957) denominou de *point de capiton*, ponto de estofo (referente ao trabalho do estofador de móveis), lugares do processo de enunciação onde se percebe que o sujeito efetuou um movimento de retorno ao enunciado, e pode, assim, olhá-lo de um outro lugar, que proponho denominar de lugar de autor. Eis o grafo na sua representação mais simples:



Retirado de <https://nosubject.com/images/7/7f/GRAPHOFDESIRE-ONE.jpg>

Através desse movimento, o sujeito realiza a tarefa de analista, retornando aos enunciados já proferidos e pontuando a cadeia significante em lugares específicos, onde é possível fazer uma releitura, uma amarração com a memória, e, deste modo, estabelecer ponto-de-estofa. O ponto-de-estofa, também denominado “significante mestre”, permite que a série sintagmática se detenha momentaneamente e possa ter continuidade, através de uma leitura retroativa, que já é uma interpretação, e, portanto, uma retomada do dito em um momento posterior, mas ainda dentro do processo de enunciação. Esse movimento permite que o sujeito lance um anzol sobre a cadeia metonímica e a faça deter-se, permitindo que a significação seja relançada, através de um processo de amarração que vai restabelecer a unidade aparente e transitória do texto. O corpo novamente uno, não mais despedaçado.

Lacan nos faz visualizar esse processo. Após definir o ponto-de-estofa como a operação pela qual “... o significante detém o deslizamento, de outra forma indeterminado e infinito, da significação” (LACAN, 1957, p. 808). Ele apresenta o grafo acima, onde o ponto-de-estofa está representado pelo vetor  $\Delta \rightarrow S/$ , que colcheta em dois pontos a cadeia significante. Pode-se visualizar aqui a semelhança com os conceitos de “deriva” e de “acontecimento”, criados por Pêcheux (1997), e tão caros à Análise do Discurso. Deter-se, para conter a deriva que sempre está prestes a se instalar, pela insistência do real (isto é explicado linguisticamente pelo conceito saussuriano de *valor* do signo), possibilita ao sujeito gestos de autoria, movimentos de retorno ao já-dito, que vão realocar a cadeia significante em lugares do interdiscurso e da memória social (arquivo), atualizando-a e

reconfigurando-a. Esse processo é realizado linguisticamente de várias formas, por exemplo, através do uso de *shifters* e pelo mecanismo da nomeação.

Afirmar, como alguns fazem, que a explicação está na falta de coerência e/ou coesão coloca a questão da autoria em um quadro teórico explicativo bastante simplista, de pura análise textual, limitando a investigação ao plano dos enunciados, o que obviamente implica uma perda das características históricas que regem o processo de enunciação.

Falemos um pouco mais sobre o grafo do desejo e o acolchamento do sentido que a retroação provoca, denominado de bastreamento ideológico. Tal funcionamento é descrito por Žizek:

...num espaço ideológico flutuam significantes como "liberdade", "Estado", "Justiça", "paz" etc., e depois sua cadeia é suplementada por um significante-mestre ("comunismo", por exemplo) que lhes determina retroativamente a significação (Žizek, 1992, p 100).

O ponto de basta é o que define uma rede de significantes na medida em que é só através do último termo que se pode saber o sentido do primeiro. É preciso esperar um S2 para saber que ele faz rede com S1. Diz Lacan (1998 [1966], p. 82):

Desse ponto de basta, encontrem a função diacrônica na frase, na medida em que ela só fecha sua significação com seu último termo, sendo cada termo antecipado na construção dos outros e, inversamente selando-lhes o sentido por seu efeito retroativo.

Lembremos, no entanto, que, para Lacan (1998 [1966]), no circuito que o significante percorre no grafo há sempre um resto, algo que fica não dito ou semi-dito, e é nesse espaço que pode ocorrer o equívoco (deriva).

Falar de coerência de um ponto de vista sobre o letramento que englobe a autoria e o *continuum* implica, a meu ver, levar em consideração a questão da heterogeneidade enunciativa. Posso citar como exemplo a autonímia, a chamada "glosa meta-enunciativa", que se traduz em indícios da busca da palavra "exata". Quando se enuncia algo como: *Não é bem "x" o que eu quero dizer, mas talvez "y"*, essas glosas denunciam, na enunciação, a busca da coerência. A glosa autonímica, ao mesmo tempo que mostra o processo de retroação em ato, funciona para o leitor como um sinal amarelo, e evidencia a autoria. Quando elas são "controladas", descartadas, o produto final esconde esse processo, o que não significa que ele não esteve presente o tempo todo. Afirmando em Tfouni (1997a, 1997b, 2001) que o sujeito na posição de autor é tomado por uma espécie de onipotência, bem descrita pela escritora polonesa Wislawa Szymborska em "A alegria de escrever" (BRITO, 2007, s/p), que diz assim:

... o que está aqui não é a vida.  
Aqui, preto no branco, são outras as leis.  
Um piscar de olhos há de durar quanto eu quiser,  
Subdividindo-se, se eu assim o desejar, em mínimas eternidades,  
Cheias de balas sustidas em pleno voo.  
Nada que eu não mande há de acontecer.

Sem minha permissão, nenhuma folha há de cair.  
(Tradução de Nelson Archer).

Assim, o autor, principalmente na escrita (digo desta maneira porque para mim o discurso oral também pode ter autoria), está constantemente renunciando, descartando (por serem “inadequadas”) outras formas possíveis naquela mesma ordem paradigmática. Deste modo também é que a escrita vem marcada pela falta, pela perda. É nesse sentido que Milner (1996), comentando Lacan, fala da lixeira, “*poubelle*”, referindo-se a publicar e publicação: o gesto definitivo, ponto sem retorno, no qual o autor descarta outros significantes possíveis: a escrita torna isso irreversível e a publicação torna isso permanente.

Se consegue cercar a dispersão através do processo descrito, o autor, no entanto, não irá nunca evitar a deriva de sentidos, que, como diz Pêcheux (1977), equivale a um relançar infinito das significações. Isto de que o sentido pode sempre vir a ser outro decorre do fato de que, na autoria, a linguagem não é o abrigo, mas uma ferida que está inscrita entre as palavras e os objetos (AUTHIER-REVUZ, 1992). Quando há autoria, perde-se a ilusão de que a linguagem é transparente. O autor desfaz a aparente unidade do signo e faz retornar para o leitor – sempre imaginariamente presente, onde há autoria – a possibilidade sugerida de recortar o fluxo de significantes em lugares outros, que não aqueles congelados pela forma do grafismo. É esse processo que faz Gilberto Gil ler, no nome do escritor Mário Lago, o *mare* o *lago* (a que eu acrescentaria: O mar, o rio e o lago)<sup>3</sup>. Gesto de interpretação, que denuncia a deriva e instala a autoria. O mesmo gesto que está presente no recorte 3, escrito por um adulto que estava há apenas um mês aprendendo a ler e escrever, e no qual está transparente, pela discussão que o texto se presta a instalar sobre a homonímia, essa relação resvalante entre palavra e mundo, que sempre pode se deslocar:

RECORTE 3:

Vamos falar das palvras muda  
No horto florestal há muitas muda  
Todas arvoris vem di muda Eu gosto de formar muda-  
A cana tambem da muda  
A lua tambem sempre muda  
Os nomes de um para o outro as ltras muda  
Existe varios nomes com letras muda  
(Sebastião Ferreira da Silva)

Temos aí um exemplo de atividade metaenunciativa: a ocorrência da homonímia na tentativa de delimitar os sentidos aponta que o autor examina a palavra “muda” enquanto um significante capaz de se ligar a vários significados. É um trabalho que se dá predominantemente no eixo associativo da língua. O autor, um adulto que estava

3 Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/gilberto-gil/585145/>, acesso em 20 de mar. de 2020.

aprendendo a ler e escrever, desfaz essa aparente unidade do signo e mostra ter percebido que a relação entre significante e significado não é biunívoca, ou seja, que as palavras não recobrem totalmente o mundo, admitindo – mesmo sem o saber, implicitamente – a existência da *lalangue*. Este caráter resvalante da língua caracterizaria a deriva, que o autor controla usando a palavra (palavras?) em diferentes contextos.

Mesmo conseguindo conter a dispersão, através dos *shifters* e outros recursos (que são da ordem do sistema), o autor não consegue controlar o equívoco, e, conseqüentemente, a deriva sempre se instala. A questão é que, se para o sujeito enunciador a deriva é um processo inconsciente, produto das duas ilusões ou esquecimentos, descritos por Pêcheux (2009), para o sujeito autor a deriva é ponto de apoio, seja para criar manobras retóricas a fim de evitá-la, como ocorre no texto científico (seja ele oral, como uma aula, ou escrito, como uma tese), seja para escancará-la como recurso de denegação da equívocidade da língua.

Complementando, uma vez que proponho que a autoria instala-se também em discursos produzidos oralmente, e que este é um ponto básico para a teoria de letramento que postulo em meus trabalhos, vou apresentar um recorte de uma narrativa contada oralmente por Dona Madalena, uma mulher analfabeta, cuja produção literária venho recolhendo e estudando há vários anos:

RECORTE 4:

A MULHER QUE TINHA VONTADE DE TER UMA FILHA E GANHOU UMA PORQUINHA.

A mulher tinha vontade de ter um filho e nunca tinha... um filho.

Aí ela pediu a Deus, nem que fosse uma leitoinha pra dá pra ela. Aí um dia ela dormiu. Quando foi no outro dia cedo pareceu uma leitoinha lá dentro da casa dela. E essa leitoinha lavava roupa, e... arrumava cozinha, limpava a casa. Fazia tudo pra ela. Era uma filha. Ela cabô de criá a leitoinha. E a leitoinha... E ela era muito satisfeita com a leitoinha.

Aí, quando foi um dia... e ela lavava roupa lá na ... na mina. Aí, quando foi um dia, a leitoinha foi lavá roupa e o moço falou:

\_ Eu vô vê como é que porco lava roupa. Eu nunca vi porco lavá roupa

Aí, o moço foi, iscondeu numa... numa moita e ficô oiando, ficô oiando...

A leitoinha chegava lá, tirava a roupa de porco. Porque ela era encantada; ela não era leitoinha de verdade (...)

(Madalena de Paula Marques)

Nota-se, no recorte quatro, vários momentos em que o fluxo de significantes é interrompido para que a narradora acrescente “algo” ou corrija “algo”, que parece estar deslocado ou mal colocado na sequência enunciativa. Por exemplo, na primeira linha, a repetição de “um filho” ao final do enunciado; o acréscimo “...e ela lavava roupa lá na mina”, ou ainda na última linha, a explicação de que a leitoinha era encantada, “não era leitoinha de verdade”.

A meu ver, o que se pode observar aí são gestos de autoria em ato, ou seja, uma réplica do processo de produção de textos escritos sem a perda das retificações e correções que, na forma escrita, desaparecem para o leitor, porque são eliminadas do produto final.

O conceito de deriva, que envolve momentos bem e malsucedidos de controle da informação, presta-se especialmente para a argumentação aqui desenvolvida, visto que o

sentido em deriva passa a ser considerado como parte do funcionamento geral da língua, fato que introduz a noção de equívoco e de mal-entendido, no âmago da análise de um conjunto de enunciados (corpus). Deste modo, aqueles dados ou fatos linguístico-enunciativos, que são desprezados por serem tidos como residuais para as teorias da comunicação e da informação, assumem lugar de destaque na análise, pois é exatamente ali, onde o sujeito falha, que aparece sua verdade, ao contrário do que preconizam as teorias da informação.

A ideia de placidez e colaboração entre os participantes de uma troca simbólica qualquer, que é disseminada pelas teorias da comunicação (confirmada pela obviedade etimológica, segundo a qual comunicar significa “tornar comum” através da linguagem), não passa de uma armadilha montada pelo objetivismo abstrato (BAKHTIN, 2006). É esta perspectiva sobre a língua como instrumento da comunicação humana (bem sucedida) e como transmissão do pensamento que procurei criticar aqui, através de uma argumentação que mostra que os próprios autores que serviram de base para essas propostas racionalistas, como Saussure e Jakobson, trazem em suas obras aportes teóricos que contradizem essa postulação. Isso se revela, especialmente, por uma releitura (ou seja, uma interpretação e ressignificação, de acordo com um outro paradigma, neste caso, o paradigma da Análise do Discurso e da Psicanálise) dessas teorias.

Em Tfouni (2008) cito Ducrot e sua crítica à visão de que a função primordial da língua seria a comunicação:

Depois de Saussure, é comum encontrar-se a declaração de que a função fundamental da língua é a comunicação. (...) Segundo essa concepção, as línguas teriam como origem primeira o esforço para representar o “pensamento”, para constituir-lhe uma imagem perceptível, um quadro: o ato de fala seria então explicado, essencialmente, como o ato de um pensamento que procura desdobrar-se em face de si mesmo para explicitar-se e conhecer-se. Nessa perspectiva, a utilização da fala para as necessidades da vida social, como meio de intercompreensão, não é considerada senão como um efeito secundário, que além do mais é perigoso e parasitário, pois é a ele que se deve atribuir a degenerescência das línguas, transformadas em instrumentos, quando antes eram fins, e que corta delas mesmas tudo o que não seja indispensável para a compreensão mútua dos interlocutores (DUCROT, 1972, p.9).

Encerro com Drummond (1969) que denunciou liricamente a batalha incansável do autor às voltas com a dispersão e a deriva dos sentidos:

**O Lutador** - Carlos Drummond de Andrade  
Lutar com palavras  
é a luta mais vã.  
Entanto lutamos  
mal rompe a manhã.  
São muitas, eu pouco.  
Algumas, tão fortes  
como o javali.  
Não me julgo louco.  
Se o fosse, teria  
poder de encantá-las.  
Mas lúcido e frio,  
apareço e tento  
apanhar algumas  
para meu sustento  
num dia de vida.

Deixam-se enlaçar,  
tontas à carícia  
e súbito fogem  
e não há ameaça  
e nem há sevícia  
que as traga de novo  
ao centro da praça.

Insisto, solerte.  
Busco persuadi-las.  
Ser-lhes-ei escravo  
de rara humildade.  
Guardarei sigilo  
de nosso comércio.  
Na voz, nenhum travo  
de zanga ou desgosto.  
Sem me ouvir deslizam,  
perpassam levíssimas  
e viram-me o rosto.  
Lutar com palavras  
parece sem fruto.  
Não têm carne e sangue...  
Entretanto, luto.

Palavra, palavra  
(digo exasperado),  
se me desafia,  
aceito o combate.  
Quisera possuir-te  
neste descampado,  
sem roteiro de unha  
ou marca de dente  
nessa pele clara.  
Preferes o amor  
de uma posse impura  
e que venha o gozo  
da maior tortura.

Luto corpo a corpo,  
luto todo o tempo,  
sem maior proveito  
que o da caça ao vento.  
Não encontro vestes,  
não seguro formas,  
é fluido inimigo  
que me dobra os músculos  
e ri-se das normas  
da boa peleja.

Iludo-me às vezes,  
pressinto que a entrega  
se consumará.  
Já vejo palavras  
em coro submisso,  
esta me ofertando  
seu velho calor,  
aquela sua glória  
feita de mistério,  
outra seu desdém,  
outra seu ciúme,  
e um sapiente amor  
me ensina a fruir  
de cada palavra  
a essência captada,  
o sutil queixume.  
Mas aí! é o instante  
de entreabrir os olhos:  
entre beijo e boca,  
tudo se evapora.

O ciclo do dia  
ora se conclui  
e o inútil duelo

jamais se resolve.  
O teu rosto belo,  
ó palavra, esplende  
na curva da noite  
que toda me envolve.  
Tamanho paixão  
e nenhum pecúlio.  
Cerradas as portas,  
a luta prossegue  
nas ruas do sono.

Drummond expressa o sentimento de impotência decorrente da crença de que é possível domar o Real, ou, em outras palavras, de dizer exatamente aquilo que se deseja. Pêcheux (2009) ensina que acreditar que o pensamento pode ser traduzido em palavras é uma ilusão, ou esquecimento do sujeito<sup>4</sup>. No caso, trata-se do esquecimento número 2, da materialidade do pensamento. O poeta mostra que tem consciência desse esquecimento, pois denuncia a angústia que lhe causa estar nele e dele não poder libertar-se:

Iludo-me às vezes,  
pressinto que a entrega  
se consumará.  
e um sábio amor  
me ensina a fruir  
de cada palavra  
a essência captada,  
o sutil queixume.

A impossibilidade de dizer tudo pode ser detectada em:

Lutar com palavras  
é a luta mais vã.  
Entanto lutamos  
mal rompe a manhã.  
São muitas, eu pouco.

Nesse recorte, Drummond avisa que o poeta é alguém em constante alvoroço, cujo ofício é “lutar com palavras”, ou seja, fazer gestos discursivos para enfrentar a dispersão e a deriva que se concretizam a cada momento no fazer poético:

Não me julgo louco.  
Se o fosse, teria  
poder de encantá-las.  
Mas lúcido e frio,  
apareço e tento  
apanhar algumas  
para meu sustento  
num dia de vida.  
Deixam-se enlaçar,  
tontas à carícia

4 Pêcheux (2009) propõe que existem dois esquecimentos constitutivos do sujeito, que são necessários para que ele se coloque como sujeito de um discurso: O esquecimento no. 1 refere-se à ilusão segunda a qual o sentido das palavras “brota” espontaneamente no momento da enunciação. Por esse esquecimento, que é da ordem do inconsciente, o sujeito imagina ser a fonte do sentido. O esquecimento no. 2, semiconsciente, postula que o sujeito acredita que aquilo que diz equivale ao que pensa. Trata-se da materialidade do pensamento.

e súbito fogem  
e não há ameaça  
e nem há sevícia  
que as traga de novo  
ao centro da praça.

As palavras “fogem”. Ou seja: o sentido não é biunívoco, pois depende das condições de produção e da formação discursiva onde o sujeito é interpelado. As palavras mudam de sentido dependendo do contexto de enunciação. De nada adianta procurá-las no dicionário, pois lá elas estão descarnadas, não fazem ponto de estofo nem possibilitam que a metonímia se instale. A luta com o Real, aquilo que é impossível de dizer, é constitutiva do ser falante, do cotidiano da vida e da poesia. Drummond chega a essa conclusão, fazendo ponto-de-estofo com o já-dito e dando uma finalização provisória ao poema. Eis aí a autoria:

O ciclo do dia  
ora se conclui  
e o inútil duelo  
jamais se resolve.

## 2. AGRADECIMENTO

Ao CNPq pela bolsa de pesquisa (Proc. 302795/2019-7).

### REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. D. *Reunião* – 10 livros de poesia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

ANDRADE, C. D. *Ir: Novos poemas*. [S. l.]: José Olympio, 1948. Disponível em: <http://www.algumapoesia.com.br/drummond/drummond16.htm>. Acesso em 10/07/2020.

AUTHIER, J. *Parole Multiple*: Aspects rhétorique, logique, énonciatif et dialogique. *DRLAV: Revue de Linguistique*, Paris, n. 26, p. 91-151, 1982.

AUTHIER-REVUZ, J. *Le non-coïncidences du dire et leur représentation meta-énonciative*. Étude linguistique et discursive de la modalisation autonymique. 1992. Thèse de Doctorat d'État, Université de Paris 8, 1992.

BAKHTIN, M. (V. N. Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12 Ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRITO, J. D. Tiro de Letra: Mistérios da Criação Literária, 2007. *Tiro de Letra*. Disponível em [www.tirodeletra.com.br/poesia/Aakegriadeescrever-Wislawa.htm](http://www.tirodeletra.com.br/poesia/Aakegriadeescrever-Wislawa.htm), acesso em 30/06/2020.

CARREIRA, A. F. *Era uma vez três sereias: análise de narrativas de crianças de rua*. 1997. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 1997

CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano 1: Artes de Fazer*. 4 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DUCROT, O. *Princípios de Semântica Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1972.

- DURAS, M. *O amante*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- FREUD, S. Un recuerdo infantil de Leonardo da Vinci. In Freud, S. *Obras completas*. Vol. 11. Tradução: Etcheverry, J. L. Buenos Aires: Amorrortu Editores. 1989. (Obra originalmente publicada em 1910).
- KLEIMAN, A. B. Introdução: O que é letramento? *Lx*: Kleiman, A. B. (Org). *Os Significados do Letramento: Uma Nova Perspectiva sobre a Prática Social da Escrita*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. p. 15-64.
- LACAN, J. L'instance de la lettre dans l'inconscient ou la raison depuis Freud. In: LACAN, J., *Écrits I*, Paris: Seuil, 1957.
- LACAN, J. *Las Formaciones del Inconsciente*. 1957-1958. Mimeografado.
- LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998. pp. 807-842. (Original de 1966).
- MAINGUENEAU, D. *Elements de Linguistique pour le Texte Littéraire*. Paris: Dunod. 1993.
- MELVILLE, H. *Bartleby, o Escrivão*. S. Paulo: Editora José Olympio. 2017
- MILNER, J.-C. *A Obra Clara*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1996.
- PÊCHEUX, M. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes Editores. 1997.
- PÊCHEUX, M. Análise do discurso: três épocas. In: Gadet, F.; Hak, T. *Por uma análise automática do discurso*. 3 Ed. Campinas: Editora da Unicamp, p. 311-318. 1983.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009 (original de 1975).
- PHILLIPS, A. Vivendo perigosamente. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano 83, n. 20.738. 13 abr. 2003. Mais! P. 5-9.
- SAFOUAN, M. *A palavra ou a morte*. Campinas, SP: Papyrus. 1993.
- SIGNORINI, I. O oral na escrita de sujeitos não ou pouco escolarizados. *LEITURA: teoria & prática*. Campinas, v. 34, n. 18, p. 5-12, 2001.
- TFOUNI, F. E. V. *A linguagem e o sintoma na análise de slogans: a fetichização da mercadoria*. 2003. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Araraquara. 2003.
- TFOUNI, L. V. *Adultos não-alfabetizados: O avesso do avesso*. 1986. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1986.
- TFOUNI, L. V. *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*. Campinas: Pontes Editores, 1988
- TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. Trabalho apresentado em mesa-redonda no VIII Encontro Nacional de Fonoaudiologia, Santos, SP. 1993.
- TFOUNI, L. V. A ilusão de completude do sujeito da escrita (autor). In: CUADERNO INTERNO PARA LAS JORNADAS DE LA FRONTERA. Anais. p. 148-149. 1997<sup>a</sup>.
- TFOUNI, L. V. Sujeito da escrita e sujeito do letramento: Coincidência? In: TFOUNI, L. V. *Letramento e Alfabetização*. São Paulo: Cortez Editora. 2 Ed. 1997b. p. 86-98.
- TFOUNI, L. V. Letramento e escolaridade no Brasil: Uma relação imprecisa. *Revista HISPECI & LEMA*, Bebedouro, v. 4, 1999, p. 27-33.
- TFOUNI, L. V. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In: SIGNORINI, Inês (Org). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001. p. 77-94.

TFOUNI, L. V. Mensagem e poesia: A atualidade de Saussure e Jakobson, ou a verdade do sujeito (e do sentido) em deriva. In: Gaspar N.; Romão L. (Org). *Discurso e texto: Multiplicidade de sentidos na ciência da informação*. São Carlos: EdUFSCar, 2008, p. 71-80.

ZIZEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992